

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

FACULDADE DE DIREITO

LUAN NOGUEIRA SALTORI

A PENHORA DE QUOTAS EM SOCIEDADES LIMITADAS: PRINCIPAIS
OBSTÁCULOS CONSOLIDADOS PELO CPC/15

CURITIBA

2019

LUAN NOGUEIRA SALTORI

A PENHORA DE QUOTAS EM SOCIEDADES LIMITADAS: PRINCIPAIS
OBSTÁCULOS CONSOLIDADOS PELO CPC/15

Artigo científico apresentado como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel no Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Edson Isfer

CURITIBA

2019

RESUMO

O presente trabalho analisa as mudanças realizadas no sistema de penhora de quotas sociais pela entrada em vigor do Código de Processo Civil em março de 2016. Conceitua-se, para tanto, as principais características das sociedades em nosso ordenamento, assim como se define o instituto da penhora e como a constrição se aplica em relação às quotas. Analisa-se o histórico legislativo, jurisprudencial e doutrinário da temática, a partir das regulações que resultaram na eventual consolidação da possibilidade de constrição judicial das quotas pertencentes ao sócio devedor. São estudadas as disposições trazidas pelo Código de Processo Civil, que consolidam um paradigma de penhorabilidade irrestrita e estipulam o procedimento a ser adotado. Realiza-se um cotejo analítico com o intento de apontar as lacunas deixadas pela legislação ao regular a matéria. Por fim, demonstra-se as possibilidades de colmatar referidas omissões através da adoção de interpretações formuladas em doutrina e aplicadas em jurisprudência a respeito da temática.

Palavras-chave: Código de Processo Civil. Penhora. Quotas. Sociedades Limitadas.

ABSTRACT

The present paper reflects on the changes that were made on the procedure regarding the constrictive act of pledging shares, caused by the entry into force of the Civil Procedure Code in March of 2016. In order to do so, the concept of the companies and of the constrictive act in Brazil's legal system is examined. The legislative, jurisprudential and doctrinal history of the shares garnishment procedure, which culminated in the allowance of the constrictive act regarding the shares belonging to the debtor associate, is analysed. Furthermore, the dispositions contained in the Civil Procedure Code, which establish a paradigm of unrestricted garnishment and the method to do so, are studied. An analytic research is realized, with the intent of showing which gaps were left behind by the legislation, when regulating the subject. Finally, the possibilities of filling the aforementioned gaps through the adoption of doctrine interpretations and jurisprudential precedents concerning the subject are studied.

Keywords: Civil Procedure Code. Pawn. Shares. Limited Companies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CONCEITUAÇÕES INICIAIS.....	6
3 A PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS.....	12
4 HISTÓRICO LEGISLATIVO, DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL	18
5 O PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELO CPC/15	25
6 ERROS, ACERTOS E POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NO PROCEDIMENTO.....	28
7 CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.146/15, denominada de Código de Processo Civil, foi promulgada no dia 16 de março de 2015. Dentre os objetivos que motivaram a criação da legislação estava a promoção de maior celeridade e simplicidade ao processo civil, assim como a propagação de segurança jurídica, tida como “previsibilidade do que se espera seja decidido e da estabilidade da jurisprudência.”¹.

Após *vacatio legis* de um ano, o Código de Processo Civil entrou em vigor, trazendo consigo mudanças significativas para o ordenamento jurídico como um todo. Dentre os efeitos jurídicos gerados, destaca-se para o escopo deste artigo científico a posituação do procedimento a ser adotado quando da necessidade de penhora de quotas pertencentes ao sócio devedor durante processo de execução.

Com efeito, na Subseção VII, artigo 861, do novo diploma legislativo de processo civil, há a definição do método a ser utilizado para efetuar a constrição judicial dos fundos sociais quando a individualização do patrimônio for necessária.

Ocorre que, com o intento de estabilizar o método a ser seguido nas situações de satisfação de crédito, o Código acabou por consolidar diversos obstáculos de ordem jurídica e prática. Isto porque, conforme será demonstrado, as novas disposições criaram metodologia que por vezes pode se mostrar formal e complexa, trazendo efeitos negativos para a sociedade, para o sócio devedor e até mesmo para a satisfação do interesse patrimonial do credor².

O que se objetiva realizar, então, é uma avaliação crítica da validade do procedimento estabilizado, assim como traçar possíveis correções de curso para o futuro da constrição judicial da quota³. Para tanto, em um primeiro momento, cumpre analisar as definições básicas de nosso ordenamento quanto à empresa, a sociedade e a distinção entre ambas. Ao final da conceituação, se tornará possível prosseguir na análise da trajetória da penhora de quotas no direito pátrio.

¹ ARRUDA ALVIM, J. M. **Novo contencioso cível no CPC/2015**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 23.

² GONÇALVES NETO, A. de A. **Dissolução societária e penhora de quotas no CPC de 2015** (parte 3). Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QxN9UU>> Acesso em 11 de novembro de 2018.

³ Muito embora o procedimento previsto no artigo 861 do Código de Processo Civil também seja aplicável à constrição de ações, para o presente artigo foi tomada a escolha metodológica de focar principalmente na quota social, pelas razões a serem detalhadas nos tópicos posteriores.

2 CONCEITUAÇÕES INICIAIS

De início, para que se torne factível tratar da penhora das quotas sociais, é preciso traçar definições acerca de determinados institutos basilares do Direito Empresarial. Impõe-se, também, a análise do modo como referidos conceitos dialogam entre si no ordenamento jurídico pátrio.

O ponto de partida para a compreensão de grande parte dos temas relacionados ao estudo do Direito de Empresa – incluindo a temática que aqui será abordada – está vinculado à conceituação de empresário, que se encontra inserida, principalmente, no artigo 966 do Código Civil⁴.

Com base na referida legislação, mister concluir que o empresário não é senão aquele indivíduo ou coletivo responsável por promover, de maneira organizada e profissional, determinada atividade econômica que visa à produção ou a circulação de bens ou serviços.

A essência do empresário também auxilia lateralmente na construção do próprio conceito de empresa. Neste sentido, relevante é a visão propalada por José Xavier Carvalho de Mendonça⁵, para quem a empresa pode ser adequadamente definida como:

A organização técnico-econômica que se propõe a produzir, mediante a combinação dos diversos elementos *natureza, trabalho e capital*, bens ou serviços destinados à troca (venda), com a esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordena e dirige esses elementos sob a sua responsabilidade.

De maneira um pouco mais abstrata, também é adequada a definição da empresa enquanto a materialização da iniciativa criadora do empresário, assim como a projeção patrimonial de seu trabalho de organização dos distintos fatores produtivos⁶.

Devidamente delineada a empresa, cabe proceder à conceituação da

⁴ Dispõe referido artigo que: “Art. 966. *Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.*”.

⁵ MENDONÇA, J. X. C de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Atual. por Ricardo Negrão. v. 1, 5. ed. Campinas: Bookseller, 2000, p. 492.

⁶ BERTOLDI, M. M.; RIBEIRO, M. C. P. **Curso avançado de direito comercial**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 57.

sociedade. Esta é bem definida por Alfredo de Assis Gonçalves Neto⁷, que a vê como:

Um *negócio jurídico* que tem por propósito criar um novo sujeito de direito, distinto das pessoas (ou da pessoa) que o ajustam, capaz de direito e de obrigações na ordem civil, para facilitar o intercâmbio no mundo do direito, interpondo-se entre seus criadores (ou seu criador) e terceiros na realização de negócios.

Nesta linha teórica, se nota que o essencial para a sociedade é o propósito de criar novo *sujeito de direito*. Com este sujeito, a sociedade passará a ter patrimônio e vontade próprios, separados das partes que a formam⁸.

Desse modo, através da interpretação dos institutos abordados, já é possível alçar à conclusão de que a constituição de uma atividade empresarial não pressupõe a necessária existência de uma sociedade.

A empresa – enquanto atividade exercida pelo empresário – é *objeto de direito* que não apresenta personalidade jurídica. Na sociedade empresária, em oposição, está o *sujeito de direito* que atinge o *status* de pessoa jurídica, desde que constituída de maneira regular, conforme a lei⁹.

Em outros termos, tem-se que a união de pessoas naturais, jurídicas ou de naturais com jurídicas – ou uma única pessoa, sem união, no caso da sociedade limitada unipessoal – para a exploração de determinada atividade econômica ensejará a constituição de uma sociedade. E esta *sociedade* constituída poderá ser empresária ou simples, nos termos dos artigos 981¹⁰ e 982¹¹.

Com base nos dispositivos da lei, é adequado definir a sociedade coletiva *lato sensu* enquanto organização econômica, dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, constituída por mais de uma pessoa, que tem como objetivo a

⁷ GONÇALVES NETO, A. de A. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 7. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 150.

⁸ Ibidem, p. 151.

⁹ REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial**. 1 v., 29. ed. rev. e atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 84.

¹⁰ Dispõe referido artigo que: “Art. 981. *Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.*”.

¹¹ Dispõe referido artigo que: “Art. 982. *Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.*”.

produção ou a troca de bens ou serviços com fins lucrativos.¹².

Distingue-se a sociedade empresária da sociedade simples, no mais, pelo modo de exploração de seu objeto social. Se o objeto social for explorado sem caráter empresarial, isto é, sem organização profissional dos fatores de produção, confere-se à sociedade o caráter de simples, enquanto a exploração organizada do objeto social caracterizará a sociedade como empresária.

De mais a mais, para melhor delimitar o escopo do presente artigo, também cumpre mencionar, ainda que de modo *en passant*, a distinção entre a atividade individual e a atividade coletiva.

É que o direito pátrio prevê a possibilidade de o empresário exercer a *atividade individual*, de pessoa natural e física – é o caso do comerciante individual. É uma contraposição, assim, à empresa coletiva exercida pela sociedade empresária.

Nesta toada, de especial relevância no ordenamento jurídico brasileiro é o advento da empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) através da Lei nº 12.441/2011¹³. A legislação surgiu com o intuito de possibilitar a criação de uma personalidade jurídica ao empresário que optasse pelo desenvolvimento de atividade de comércio individual, sem a constituição de uma sociedade empresária, separando parcela do seu patrimônio afetado à efetiva realização da empresa¹⁴.

Ainda sobre a atividade de empresa individual, cumpre notar que o Código Civil originalmente previa a possibilidade de extinção da sociedade, caso esta fosse reduzida a um único sócio e não houvesse o reestabelecimento da pluralidade societária no prazo legal¹⁵.

Nada obstante, sobrevieram inclusões posteriores ao diploma supracitado, que promoveram alterações no texto legislativo. A Lei Complementar nº 128/2008 incluiu a possibilidade de conversão da sociedade unipessoal em empresa individual. A Lei nº 12.411/2011, por sua vez, incluiu a possibilidade de

¹² REQUIÃO, op. cit. p. 160.

¹³ COELHO, F. U. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 162.

¹⁴ Dispõe o artigo 980-A do Código Civil, inserido pela Lei nº 12.441/2011, que “a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não seja inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no país”.

¹⁵ Neste sentido, o artigo 1.033, inciso IV, do Código Civil: “Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: IV - a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias”.

transformação da sociedade de um único sócio em EIRELI¹⁶. Desta forma, o artigo 1.033, parágrafo único do Código Civil, atualmente prevê a hipótese de transformação da sociedade de uma pessoa em uma empresa individual ou em uma EIRELI¹⁷.

A matéria, porém, é dinâmica e está em constante transformação. A mais recente alteração promovida no aspecto societário ocorreu com a entrada em vigência da Lei nº 13.874/2019¹⁸, comumente denominada de Lei da Liberdade Econômica (proveniente da Medida Provisória nº 881/2019). A norma, sancionada pela Presidência da República em 23 de setembro de 2019¹⁹, prevê medidas de desburocratização e simplificação da atividade econômica para empresários no ordenamento pátrio.

Dentre as previsões da Medida Provisória, destaca-se a inclusão do § 1º do artigo 1.052 do Código Civil, que agora prevê expressamente a constituição de uma sociedade limitada por apenas uma única pessoa²⁰.

É digno de nota, ademais, que a nova sociedade limitada unipessoal prevista nos moldes da Lei da Liberdade Econômica não se confunde com a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

A distinção entre as sociedades diz respeito ao montante investido: a EIRELI demandará o capital social mínimo de 100 salários-mínimos²¹, ao passo em que o novo tipo societário poderá ser aberto com qualquer fundo social, inexistindo um “ piso mínimo ”.

Assim sendo, passa-se a ter, no mesmo sistema jurídico, a empresa

¹⁶ BERTOLDI e RIBEIRO, op. cit. p. 171.

¹⁷ Dispõe o parágrafo único do referido artigo que: “Art. 1.033. *Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: (...) Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as quotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.*”

¹⁸ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm > Acesso em 20 out. 2019.

¹⁹ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/23/aprovada-pelo-senado-mp-da-liberdade-economica-agora-e-lei> > Acesso em 23 set. 2019.

²⁰ Dispõe a nova previsão legislativa que: “Art. 1.052. *Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (Vide Lei nº 13.784, de 2019) § 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas. § 2º Se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)*”.

²¹ SABOIA, V. B. **A nova sociedade limitada de sócio único da MP 881/2019**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/73682/a-nova-sociedade-limitada-de-socio-unico-da-mp-881-2019> > Acesso em 30 set. 2019.

individual, a EIRELI, a sociedade empresária unipessoal²² e a sociedade empresária coletiva.

Feitos todos estes esclarecimentos, o principal foco no presente trabalho será mesmo para a atividade coletiva cumprida pela sociedade. A razão para essa redução de escopo é prática: no caso de atividade individual, não haverá interesse em analisar o ingresso de terceiro sócio estranho à sociedade.

É que a problemática a ser tratada concerne ao impacto causado pela penhora de quotas sociais especificamente no que diz respeito às sociedades de pessoas. Isto é, interessa abordar a constrição judicial nos tipos societários cuja própria razão de existir se baseia na confiança recíproca que cada sócio deposita nos demais, assim como nas características pessoais de cada um deles.

Em outros termos, a constituição das sociedades supramencionadas se dá de modo *intuitu personae*. Vale dizer, são razões de ordem pessoal que ensejam a reunião de determinadas pessoas para a criação da sociedade²³. Existindo um único contratante, por óbvio que não há que se falar nas referidas relações pessoais, eis que os outros sócios da relação sequer existem.

Diante do exposto, mais interessa, para os fins pretendidos, avaliar os efeitos da penhora de quotas quando esta incidir sobre determinada atividade coletiva exercida por sociedade plural.

Ainda, outra distinção necessária diz respeito à diferença entre sociedades limitadas e sociedades anônimas. As sociedades anônimas são, em verdade, sociedades de capital, focadas exclusivamente no investimento que cada sócio coloca na atividade.

Em outras palavras:

A sociedade anônima é uma sociedade de capital. As ações representativas de parcela do capital social são livremente negociáveis. Nenhum dos acionistas pode impedir, por conseguinte, o ingresso de quem quer que seja no quadro de sócios. Por outro lado, será sempre possível a penhora da ação em execução promovida contra o acionista.²⁴

²² A sociedade unipessoal, embora apenas recentemente admitida no direito brasileiro, já havia sido objeto de estudo há mais de duas décadas por Edson Isfer. In: **Sociedades Unipessoais & Empresas Individuais**. ISFER, E. Responsabilidade Limitada. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora. 1996.

²³ BERTOLDI e RIBEIRO, op. cit. p. 193.

²⁴ COELHO, op. cit. p. 177.

No que diz respeito à possibilidade ou não da penhora de ações pertencentes à sociedade anônima, não parece existir maiores controvérsias.

Isto porque, tendo em vista o caráter livremente negociável do capital social, bem como a caracterização do supramencionado tipo societário enquanto sendo de capital, não haveria razão para se falar em maiores impedimentos na possibilidade de alienação das ações²⁵.

Não significa dizer, entretanto, que o procedimento estabelecido pelo Código de Processo Civil não trouxe dificuldades e obstáculos à penhora das ações. O que ocorre, em verdade, é que a discussão neste âmbito não concerne à possibilidade ou não de penhora, mas sim à validade do procedimento adotado para que a constrição seja efetuada.

Pelas razões aventadas, cumpre reiterar que o enfoque do presente trabalho será mesmo a penhora das quotas sociais, mesmo que as disposições previstas no artigo 861 também sejam aplicáveis às ações. Referidos títulos, por sua vez, serão abordados apenas de maneira colateral e subsidiária ao objeto principal tratado.

Pelo exposto, então, resta abordar o conceito de sociedade limitada. Sobre este tipo de sociedade, dispõe Alfredo de Assis Gonçalves Neto²⁶ que:

A sociedade limitada tem condições de ser definida como a sociedade empresária, de natureza contratual e *intuitu personae*, cujos sócios não respondem pelas obrigações sociais, obrigando-se, tão somente, pelo pagamento do valor de suas quotas e pela efetiva integralização do capital social, por falta de realização da totalidade das entradas prometidas pelos sócios e pelo excesso de valor atribuído a bens aportados para sua formação.

Vê-se que na sociedade limitada os sócios adquirem seus direitos e deveres como decorrência da obtenção das quotas sociais. Mais do que isso, a limitada tem especial relevância na medida em que poderá ser classificada como sociedade de pessoas – como mencionado no excerto supramencionado – ou ainda como uma sociedade de capital.

²⁵ Na obra de Fábio Ulhoa Coelho, as sociedades de capital são classificadas como aquelas “em relação às quais vige o princípio da livre circulabilidade da participação societária”. In: COELHO, F. U. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 121.

²⁶ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 380.

Como não há uma opção clara da norma civil, permanece a sociedade limitada entre uma natureza e outra. De tal forma, caberá aos sócios a determinação de prevalência do caráter personalíssimo ou do aspecto de capital²⁷.

Não é a mera aplicação da Lei das Sociedades Anônimas de maneira subsidiária²⁸, todavia, que tornará o tipo societário automaticamente de capital. O que realmente importa para a definição da sociedade é o caráter das disposições presentes no contrato social, instrumento construído no interesse e conforme a vontade dos sócios, que regulará as relações entre eles no transcorrer da vida social²⁹.

Ocorre que a escolha do tipo societário poderá impactar diretamente no que concerne à penhorabilidade dos fundos sociais. Ora, a sociedade de pessoas é tida justamente como aquela em que o sócio tem o direito de vetar o ingresso de estranho ao quadro de sócios³⁰.

Neste sentido, o procedimento adotado pelo Código de Processo Civil de 2015 será especialmente prejudicial às sociedades limitadas constituídas sobre o regime de pessoas, em razão da possibilidade de quebra de seu caráter *intuitu personae* pela entrada de terceiro estranho à sociedade.

Por tais razões é que cabe um recorte epistemológico para o escopo do presente trabalho, que se debruçará de forma mais detalhada sobre as quotas sociais de sociedades limitadas de aspecto personalístico, sejam elas simples ou empresárias, que exercem atividade coletiva.

Todavia, a fim de que efetivamente se entenda o procedimento colocado pelo CPC/15, assim como seus efeitos jurídicos, necessário primeiro compreender o que significa de fato a penhora de fundos sociais em nosso ordenamento.

3 A PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS

A compreensão da matéria abordada requer, de pronto, a definição do que caracteriza o ato constitutivo denominado de “penhora”. Para tanto, delinea-se o

²⁷ REQUIÃO, op. cit. p. 560.

²⁸ Dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil que: “Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples. Parágrafo único. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima”.

²⁹ BERTOLDI e RIBEIRO, op. cit. p. 195.

³⁰ COELHO, op. cit. p. 121.

conceito formulado por Hermes Zaneti Júnior;

Conceitua-se a penhora como um ato executivo instrumental que identifica no patrimônio do devedor ou responsável quais bens estarão sujeitos à expropriação, ou seja, dentre a universalidade dos bens do devedor ou responsável apontam-se quais bens servirão ao ato final da expropriação, sendo exatamente este seu objetivo principal.³¹

Nesta toada, a penhora é tida como o ato executivo que afeta determinado bem à execução, permitindo sua ulterior expropriação, e torna os atos de disposição do seu proprietário ineficazes em face do processo.³²

Ainda sobre a constrição, também é relevante esclarecer que trata de ato público e estatal, praticado pelo oficial de justiça como *longa manus* do juiz. Ao contrário do que possa parecer, então, a penhora não se limita a um ato privado tomado pelo credor, muito embora seja feita, ao fim e ao cabo, em seu interesse particular³³.

Prosseguindo na definição, incumbe apontar que a penhora está vinculada com a noção de *responsabilidade patrimonial*, isto é: com a concepção de que o devedor ou o responsável deve responder à dívida com todo o seu patrimônio³⁴. Em outros termos, com a exceção dos bens impenhoráveis ou inalienáveis previstos na legislação, todos os demais bens da esfera patrimonial do devedor estarão sujeitos à atividade executiva satisfativa³⁵.

Diante do exposto, pode a penhora ser sintetizada – ao menos para os objetivos deste artigo – enquanto ato executivo instrumental que identificará no patrimônio do devedor ou responsável quais bens estarão sujeitos à expropriação, ressalvados os bens impenhoráveis ou inalienáveis previstos em lei.

A quota social é, por sua vez, é definida por Marlon Tomazette da seguinte forma:

³¹ ZANETI JÚNIOR, H. **Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 824 ao 925)**. 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. In: *Coleção Comentários ao Código de Processo Civil*; v. 14, p. 174.

³² WAMBIER, L. R.; TALAMINI, E. **Curso avançado de processo civil, volume 2: execução**. 12. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 240.

³³ Ibidem, p. 241.

³⁴ Dispõe o Código de Processo Civil, em seu artigo 789, que: “Art. 789. O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei.”

³⁵ Dispõe o Código Processo Civil, em seu artigo 832, que: “Art. 832. Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou alienáveis”.

Ao contribuírem para o capital social, os sócios transferem dinheiro ou bens à sociedade e adquirem, em contrapartida, quotas de participação. Essas quotas são a divisão do capital social. Sob a ótica da sociedade, as quotas são os contingentes de bens, com os quais os sócios contribuem ou se obrigam a contribuir para a sociedade. Sob o ponto de vista dos sócios, as quotas representam direitos e obrigações inerentes à sua condição de sócio.³⁶

Assim, pode a quota ser vista como o bem incorpóreo auferido pelo sócio através da alocação de recursos para a formação do patrimônio da sociedade. Este patrimônio, para além de lhe atribuir deveres inerentes à condição de sócio, também lhe confere direitos políticos e patrimoniais³⁷.

Dentre os deveres dos sócios, destacam-se dois como fundamentais à realização do objeto social: a integralização do capital social e o dever de lealdade/cooperação recíproca³⁸.

Deste modo, o sócio que subscreveu em parte do capital social tem o dever de contribuir perante a sociedade com determinado bem ou determinada quantia em dinheiro. Em não o fazendo, poderá o sócio remisso ser demandado judicialmente para efetuar a efetiva integralização, acrescida indenização pela mora³⁹. Poderá, no mais, ter sua quota-parte reduzida ao montante já realizado, com redução do capital social ou aquisição da diferença pelos demais sócios. Ainda existe a hipótese de deliberação pela exclusão do sócio remisso.

Quanto ao dever de lealdade e cooperação recíproca, trata-se de axioma que não está previsto de forma expressa na legislação – todavia, é a concepção de unir todas as forças para a consecução dos objetivos sociais em busca do lucro. Esse princípio decorre da própria noção de boa-fé objetiva, e aplica-se a todos os sujeitos da relação societária, na sua interação com a sociedade e com os sócios

³⁶ TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 367.

³⁷ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 289.

³⁸ PEREIRA e BERTOLDI, op. cit. p. 182/183.

³⁹ Dispõe o artigo 1.004 do Código Civil que: “Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.”.

entre si⁴⁰.

Ao tratar da sociedade anônima, Arnaldo Wald reitera que o dever de lealdade deve ser efetivo guia para o comportamento de todo e qualquer acionista, independentemente da quantidade, espécie e classe de ação titularizada por este. Ressaltar o autor que:

[...] De qualquer modo, a instauração do Estado de Direito e o fim do absolutismo na sociedade anônima significam que ela deixou de ser propriedade individual e exclusiva do acionista controlador, para dar origem a uma parceria, exigindo, pois, um novo padrão de conduta por parte dos administradores e dos maiores acionistas. É preciso que todos atuem sempre com boa-fé e lealdade. A boa-fé deve ser objetiva e não subjetiva, não bastando que a pessoa acredite que a sua conduta é a mais adequada. É necessário que a atuação esteja de acordo com os padrões dominantes na sociedade em determinado momento histórico. A lealdade, por sua vez, não é tão-somente a ausência de deslealdade, tal como o amor não é tão-somente a ausência de ódio. Lealdade é uma atitude de diligência no cumprimento das obrigações contratuais e uma verdadeira *affectio contractus* ⁴¹.

Não há razão para discorrer sobre todos os direitos provenientes da aquisição de quotas sociais. No entanto, apenas a título exemplificativo, tem-se como direito político do sócio a possibilidade de votação nas deliberações sociais, na proporção de sua participação no capital social. O direito patrimonial mais evidente, por sua vez, é a possibilidade de o sócio participar dos lucros auferidos pela sociedade⁴². Nada obstante, há outros direitos de caráter patrimonial e pessoal⁴³.

Devidamente delineadas as noções gerais concernentes à penhora e a quota social, cabe verificar o momento de intersecção das duas conforme definido pela legislação.

⁴⁰ ADAMEK, M. V. V. **Abuso de minoria em direito societário**. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 63/64.

⁴¹ WALD, A. **O governo das empresas**. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 5, n. 15, jan./mar. 2002, p. 53.

⁴² PEREIRA e BERTOLDI op. cit. p. 183/184.

⁴³ COELHO elenca, para além da participação nos resultados sociais e da administração de sociedade, os direitos de fiscalização da administração societária, assim como o direito de retirada pelo sócio. In: COELHO, F. U. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 140.

O Código de Processo Civil prevê a possibilidade da penhora de ações e quotas sociais no artigo 835, inciso IX, do Código de Processo Civil⁴⁴. O diploma dispõe de forma expressa quanto à possibilidade de constrição dos fundos sociais⁴⁵.

Desta forma, quando se discute a respeito da penhorabilidade de quotas sociais no presente trabalho, o que se debate é a utilização de instrumento processual de constrição de um bem incorpóreo conferido ao sócio devedor, a mando do juiz, visando à satisfação financeira do credor.

Nesse ato construtivo, assim como no procedimento estipulado para a satisfação do credor mediante a penhora das quotas, surgem questões problemáticas, questionadas tanto no âmbito doutrinário quanto jurisprudencial.

O problema da penhora está vinculado com a natureza jurídica do direito do sócio sobre a sua quota. Isto é, a quem pertencem os fundos sociais, efetivamente? Para Rubens Requião, há que se ter em mente que as quotas não pertencem ao quotista, mas à sociedade. Caso contrário, estaria se violando por completo a teoria da personificação jurídica, bem como negando a autonomia do seu patrimônio em relação aos seus componentes⁴⁶.

Precisamente daí surge o conflito entre a penhora da quota e a natureza da sociedade. Se a quota-parte adquirida pelo sócio no seu ingresso na sociedade é patrimônio, então em tese não haveria qualquer justificativa jurídica que possibilitasse a penhora sobre tal valor⁴⁷.

Há, portanto, conflito de direitos do credor, devedor e dos demais sócios, visto que da mesma maneira que o credor tem o direito de satisfazer a sua dívida, e o devedor tem o direito de se ver livre do seu débito, os demais sócios também

⁴⁴ Dispõe o artigo 835, inciso IX do Código de Processo Civil: “Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: (...) IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias;”.

⁴⁵ Sobre a temática, Luis Alberto Reichelt e Alexandra Mattos: “Nesse sentido, é de se anotar que o art. 789 do CPC/2015 dispõe que o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei. É sob esse pano de fundo que se observa que, correspondendo a quota social a um tipo de patrimônio do sócio, por ter conteúdo econômico, permite-se a sua penhora para fins de satisfação dos interesses do exequente” In: REICHELT, L. A. MATTOS, A. **Penhora de quotas de sociedades personificadas e o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva**. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Rio de Janeiro, Ano 11, Volume 18, Número 3. Setembro a Dezembro de 2017, p. 222.

⁴⁶ REQUIÃO, op. cit. p. 556.

⁴⁷ Nesta linha, Fábio Ulhoa Coelho entende que: “[...] da personificação das sociedades empresárias decorre o princípio da autonomia patrimonial, que é um dos elementos fundamentais do direito societário. Em razão desse princípio, os sócios não respondem, em regra, pelas obrigações da sociedade.” In: COELHO, F. U. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 34.

teriam o direito de não aceitar pessoa estranha à relação societária⁴⁸

Ora, se se admite que a penhora recairá apenas sobre os bens do devedor, e se as quotas pertencem à sociedade, então ao menos em um primeiro momento inexistiria qualquer razão que justifique a constrição de referidos fundos.

Sobre a temática, Nelson Abrão questiona a admissibilidade do ingresso de terceiro, alheio à sociedade, no *status* de sócio como decorrência da penhora da quota⁴⁹. Conforme já delineado no capítulo anterior, a sociedade limitada de pessoas é caracterizada pelas suas restrições quanto à transferência das quotas sociais, justamente para evitar o ingresso de sócios que não contem com a aprovação dos demais⁵⁰.

Assim sendo, partindo do pressuposto de que a sociedade a qual pertença o sócio devedor tenha contrato social em que resta predominante o caráter personalístico, a penhora das quotas violaria diretamente a própria razão de ser do referido tipo societário. Em outras palavras, há uma quebra do aspecto *intuitu personae*, ligado às características pessoais dos sócios, para a satisfação de determinado credor.

Mais do que isso: ainda que se admita, para argumentar, que o credor particular do sócio de fato possa obter os fundos sociais – admitindo-se, para tanto, que a quota pertence ao sócio, e não à sociedade – então qual seria o procedimento adequado e menos oneroso para as partes envolvidas?

O que pode se ter, na prática, é uma submissão da sociedade a um mandamento judicial que a obriga a adotar determinado procedimento para a efetivação da penhora das quotas, sem relação de causalidade que o justifique.

Vale dizer, se o resto da sociedade nada deve ao credor do sócio, não haveria razão para responsabilizá-la por acontecimento que não lhe é atribuível⁵¹.

Independentemente das problemáticas trazidas, fato é que, na atualidade, a permissibilidade da penhora é uma realidade no direito brasileiro. Incumbe, portanto, realizar análise do histórico legislativo, doutrinário e jurisprudencial da matéria, a fim de demonstrar o caminho e a evolução dos argumentos favoráveis e contrários à constrição dos fundos sociais.

⁴⁸ REICHELTE e MATTOS, op. cit. p. 224.

⁴⁹ ABRÃO, N. **Sociedades Limitadas**. 9. ed. rev., ampl. e atual. conforme o Código Civil de 2002 por Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p. 109.

⁵⁰ BERTOLDI e RIBEIRO, op. cit. p. 193.

⁵¹ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 292.

4 HISTÓRICO LEGISLATIVO, DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL

A questão da permissibilidade da penhora da quota de sócio devedor não foi tratada de maneira aprofundada pelo Código Comercial de 1850. Na referida legislação, a primeira a lidar com temas de Direito Empresarial no ordenamento jurídico brasileiro, a questão era destacada apenas pelo artigo 292, que permitia a execução dos fundos societários do devedor caso este não houvesse outros bens ou se, depois da execução, ainda não houvesse patrimônio suficiente à satisfação da dívida⁵².

Também não sobreveio qualquer regulação adicional da matéria no Código Civil de 1916, embora o diploma tenha sistematizado e dado tratamento unitário às matérias de direito societário⁵³. Igualmente, não houve tutela jurídica adicional no Decreto nº. 3.709 de 1919, apesar de esta lei ter surgido justo com o intuito de regular a adequada constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Diante do considerável vácuo legislativo, o tempo exigiu a necessidade de uma solução mais sólida a respeito da temática. A permissibilidade – ou não – da quota tratava de controvérsia grave, importante e que envolvia irreconciliavelmente tanto juristas quanto tribunais⁵⁴.

Com a entrada em vigência do Código de Processo Civil de 1939, finalmente solidificou-se entendimento na doutrina defendendo a impenhorabilidade das quotas, com base no raciocínio já mencionado em tópico anterior, de que o capital social pertenceria inteiramente ao patrimônio da sociedade, não se confundindo com a esfera patrimonial do sócio devedor⁵⁵.

A corrente doutrinária se sustentava principalmente no artigo 942, inciso XII do CPC/39. Explica-se. No referido artigo constava o rol de bens considerados impenhoráveis. E o inciso XII previa precisamente a impenhorabilidade dos fundos

⁵² Dispunha o artigo 292 da Lei nº 556/1850: “O credor particular de um sócio só pode executar os fundos líquidos que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou se, depois de executados, os que tiver não forem suficientes para o pagamento.”

⁵³ GONÇALVES NETO, A. de A. AZEVEDO, E. V., FRANÇA, N. **Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade de pessoas**. Coordenação Modesto Carvalhosa – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016. In: *Coleção tratado de direito empresarial*, v. 2., p. 92.

⁵⁴ REQUIÃO, op. cit. p. 554.

⁵⁵ KARL, G. V.; BETTI JR, L. V. J. **Penhora de quotas sociais em sociedades limitadas e o Novo Código de Processo Civil**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5185, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60390>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

sociais pelas dívidas particulares do sócio – ressalvando, todavia, que tal isenção não compreendia os lucros líquidos da sociedade verificados em balanço.

Vale dizer, pois, que o diploma legislativo de 1939 tratou expressamente do problema e determinou de forma clara pela impossibilidade da penhora dos fundos sociais pelo credor exequente.

Desta forma, com fulcro nestas disposições, a doutrina majoritária da época era mesmo pela impenhorabilidade das quotas sociais, conforme relatado por José Waldecy Lucena:

Houve, ao amparo daquelas regras processuais, aliás, um tanto confusas, por baralharem conceitos distintos, como o são os de “fundos líquidos” e “lucros líquidos” (arts. 931, 942, XII, e 943, II), uma quase unanimidade quanto à impenhorabilidade de quota social.⁵⁶

Entretanto, nem mesmo durante a vigência do diploma processual em questão a visão era inteiramente uníssona. Em julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, prolatado em 08 de outubro de 1953, o Relator Ministro Nelson Hungria prolatou interessante pronunciamento sobre a temática, em que defendeu a permissibilidade de penhora das quotas nas hipóteses em que inexistisse vedação expressa à alienação pelo contrato ou estatuto social.

Dispôs o ministro, à época, que seria possível a penhora não dos fundos sociais pertencentes ao devedor, mas, sim, dos direitos do quotista à sua quota⁵⁷. Em geral, porém, a constrição de quotas ou direitos de quotas era duramente criticada pela doutrina brasileira durante a vigência do Código de Processo Civil de 1939.

Na visão de Waldemar Ferreira, a lógica era de que:

Domina o agregado social o sentimento de recíproca confiança que os romanos exprimiram pela *affectio societatis*. A entrada a estranhos é, assim, explicitamente vedada, salvo aquiescendo todos os demais expressamente. A parte ou quota social é, por isso mesmo, incomerciável. Não se pode vender. Nem penhorar. A penhora seria a porta de entrada do estranho, que

⁵⁶ LUCENA, J. W. **Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 278.

⁵⁷ RE 24.118, julgado em 8.10.53. In: Revista de Direito Mercantil, 1955, vol. V, p. 294. In: LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 279.

a forçaria. Por isso, ela é insuscetível de penhora.⁵⁸

E prosseguia o autor ressaltando que as quotas seriam essencialmente distintas das ações, eis que estas deteriam conteúdo, forma, função e circulação próprias. As quotas, por outro lado, não existiriam.

Entendia o doutrinador que a legislação não teria materializado, nas quotas, direitos e obrigações dos quotistas, justamente por não serem títulos materiais como a ação. E concluía entendendo que “as quotas são impenhoráveis: elas, ao contrário das ações, de que se diferenciam como a água do vinho, não são títulos de crédito”⁵⁹.

Aos poucos, contudo, a visão corrente foi se alterando. Já no início da década de 1970, nos anos que precederam a elaboração do Código de Processo Civil de 1973, as Cortes e os doutrinadores passaram a se inclinar pela admissibilidade da penhora de quotas sociais⁶⁰.

Em obra publicada em 1971, Luiz Gastão Paes de Barros Leães apontava que, embora a corrente maior fosse aquela sustentando a impossibilidade de constrição judicial dos fundos, certos doutrinadores já defendiam penhora – desde que inexistentes outros bens do devedor possíveis de excussão para satisfação do crédito⁶¹.

Para José Waldecy Lucena, todavia, a corrente da impenhorabilidade perde a força principalmente com a entrada em vigência do Código de Processo Civil de 1973. Isto porque, por “*propositada omissão*”⁶² o diploma processual superveniente não acolheu o texto legislativo previsto no artigo 942, inciso XII, do Código de 1939.

A defesa da impenhorabilidade das quotas passou a se concentrar, à época, tão somente no argumento já referido de proteção ao axioma da *affectio societatis*. Nada obstante, é inegável que houve uma escolha expressiva e significativa do legislador ao não acolher o texto do Código de Processo Civil de 1939 quanto à matéria.

⁵⁸ FERREIRA, W. **Tratado de sociedades mercantis**. v. 3, 5. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda., 1958, p. 774.

⁵⁹ Ibidem, p. 775.

⁶⁰ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 289.

⁶¹ LEÃES, L. G. P. de B. Sociedade por quotas. Penhorabilidade. Comentários. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 5, p. 116-124. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

⁶² LUCENA, op. cit. p. 281.

Resume bem a celeuma da época Nelson Abrão⁶³, ao ressaltar que:

Faltante expressa proibição dirigida à constrição judicial da quota social, inicialmente a matéria continha nítido aspecto de incerteza, tanto em sede doutrinária como na interpretação dada pelos Pretórios, pelo fato de que sustentavam o cunho pessoal da sociedade, a incidência nos fundos líquidos e, outrossim a necessidade de se consultar o estatuto sobre a perspectiva da disciplina consistente na cessão de quotas, com o intuito de se colimar maior precisão e não deixar margem à dúvida quanto ao ingresso de terceiro, ainda que dependendo das anuências dos demais sócios, para efeito do aparecimento de interessados no leilão a ser designado.

De mais a mais, com o Código de Processo Civil de 1973, ganhou força o entendimento defendendo a penhorabilidade das quotas sociais com base no argumento de que não se trataria de constrição os fundos propriamente ditos, mas, sim, o *direito* do quotista à sua quota – conforme visão difundida praticamente duas décadas antes da vigência do diploma pelo Ministro Nelson Hungria no julgado supracitado.

Na defesa desta vertente, merece especial destaque a visão de Alfredo de Assis Gonçalves Neto, para quem:

A penhora só recai sobre os direitos patrimoniais da quota e, portanto, se os direitos de tais quotas forem a leilão, quem as adjudicar não estará adquirindo o direito de ser sócio, mas, tão somente, o direito de receber os valores em dinheiro que elas outorgam a seu titular, o que é alcançado pela redução a dinheiro do que a quota representa em termos patrimoniais – ou seja, pela sua liquidação, mais precisamente, pela conversão da quota em dinheiro mediante a apuração dos haveres que representa. Daí a possibilidade de penhora de quotas sociais, independentemente da existência ou não de qualquer disposição estatutária restritiva.⁶⁴

Por outro lado, durante a vigência do Código Buzaid também aflorou a corrente doutrinária que defendia a penhora das quotas desde que existente, no contrato social, cláusula pela qual tais fundos pudessem ser cessíveis a terceiros,

⁶³ ABRÃO, N. **Sociedades Limitadas**. 9. ed. rev., ampl. e atual. conforme o Código Civil de 2002 por Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p. 109.

⁶⁴ GONÇALVES NETO, A. de A. **Lições de direito societário**, v. 1, 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 213/214.

sem a anuência dos demais sócios.

Para Rubens Requião⁶⁵, o modelo em tela demonstraria a despreocupação da sociedade em relação às pessoas dos sócios, dando-lhe um “nítido sabor de sociedade de capital”.

Nesta lógica, se não houvesse empecilho frente ao ato constitutivo espelhando o momento societário, nada afastaria a possibilidade da quota ser arrematada, com a inclusão de todos os direitos a ela concernentes, inclusive o *status* de sócio⁶⁶.

Em verdade, a tese supramencionada também foi o entendimento defendido por parcela significativa da jurisprudência à época⁶⁷. Conforme disposto em excerto de julgamento do Superior Tribunal de Justiça, consolidou-se o seguinte entendimento quanto à penhorabilidade das quotas:

Se o contrato de sociedade por quotas de responsabilidade limitada prevê a possibilidade de livre alienação das quotas, são elas penhoráveis como patrimônio disponível do devedor. Se, ao invés, a sociedade foi constituída *intuitu personae*, penhoráveis serão apenas os direitos e ações de índole patrimonial correspondentes à quota.⁶⁸

O Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, em julgado de sua relatoria, apontou o conflito entre as duas principais teses no período compreendido após a entrada em vigência do CPC/73 e anteriormente à promulgação do Código Civil de 2002⁶⁹: aquela que defendia a penhora no caso de anuência – tácita ou expressa – do contrato social e aquela que justificava a constrição judicial irrestrita, independentemente de previsão contratual.

Entretanto, gradativamente a controvérsia foi se pacificando nas Cortes. A tese da penhorabilidade irrestrita foi adotada na maioria dos julgados do Superior

⁶⁵ REQUIÃO, op. cit. p. 555.

⁶⁶ ABRÃO, op. cit. p. 111.

⁶⁷ Neste sentido, destaca-se para referência os seguintes julgados: BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 30.854/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Brasília, 03 mar. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 18 abr. 1994; BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 39.609/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Brasília, 14 mar. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 06 fev. 1995.

⁶⁸ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no 19.018-PR. Rel. Min. Athos Carneiro, Brasília, DF. 27 jun. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 16 ago. 1999.

⁶⁹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no. 87.216-MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF. 21 mar. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 11 jul. 2001.

Tribunal de Justiça, com fulcro nos argumentos de que o devedor responde por suas dívidas com todos os seus bens presentes e futuros, bem como com base no fundamento de que a sociedade ainda teria a faculdade de remir a execução ou o bem, e teria direito de preferência na aquisição da quota⁷⁰.

Assim sendo, antes da vigência do Código Civil de 2002, prevaleceu majoritariamente o entendimento melhor sintetizado em julgado do Superior Tribunal de Justiça:

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Penhora das quotas sociais. Controvérsia doutrinária e jurisprudencial. 1. As quotas sociais podem ser penhoradas, pouco importando a restrição contratual, considerando que não há vedação legal para tanto e que o contrato não pode impor vedação que a lei não criou. 2. A penhora não acarreta a inclusão de novo sócio, devendo ser "facultado à sociedade, na qualidade de terceira interessada, remir a execução, remir o bem ou conceder-se a ela e aos demais sócios a preferência na aquisição das quotas, a tanto por tanto (CPC, arts. 1.117, 1.118 e 1.119)", como já acolhido em precedente da Corte. 3. Recurso especial não conhecido.⁷¹

Ocorre que o legislador responsável pela promulgação do Código Civil de 2002 optou por não regular a matéria de maneira clara e definitiva.

Nesta linha, sobreveio o artigo 1.026 do Código Civil, dispondo que o credor particular de sócio poderia fazer recair a execução sobre o que couber ao devedor nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocassem em liquidação – mas apenas no caso da insuficiência de outros bens⁷².

Com efeito, ao evitar tratar de forma direta e expressa quanto à permissibilidade irrestrita da penhora das quotas, a norma em questão trouxe nova controvérsia à questão, que já estava se encaminhando para a pacificação na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Pátrios⁷³.

⁷⁰ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 201.181/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Brasília, DF. 21 mar. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 02 mai. 2000.

⁷¹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 234.391-MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF. 14 nov. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 12 fev. 2001.

⁷² Assim dispõe o Código Civil: "Art. 1.026. O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação." Entretanto, dispõe o parágrafo único do artigo 1.026 que: "Parágrafo único. Se a sociedade não estiver dissolvida, pode o credor requerer a liquidação da quota do devedor, cujo valor, apurado na forma do art. 1.031, será depositado em dinheiro, no juízo da execução, até noventa dias após aquela liquidação."

⁷³ GONÇALVES NETO, AZEVEDO e FRANÇA, op. cit. p. 93.

A partir da vigência do Código Civil, então, sobreveio orientação legal expressa para que o credor particular do sócio fizesse os efeitos da execução recaírem sobre os lucros da sociedade, ou na parte que lhe couber em liquidação. Somente se admitiria a penhora dos lucros que tocarem aos sócios se eles fossem previamente distribuídos pela sociedade⁷⁴.

Para parcela da doutrina, a intenção do codificador seria medida facilmente frustrável, eis que bastaria ao sócio reinvestir todo o seu lucro na sociedade, acabando assim com a eficácia da constrição judicial. E ao credor seria atribuída somente a expectativa de direito, ou um direito futuro, eventual e incerto, dependente do lucro⁷⁵.

Nada obstante, fato é que o Código Civil não vedou a liquidação da quota do devedor, nos casos em que a sociedade não estivesse dissolvida.

A liquidação supracitada, contudo só poderia ser adotada como última medida. Assim, entendia Carlos Henrique Abrão que:

Na atualidade, a tendência é a preservação do organismo social, como forma de possibilitar o desenvolvimento da atividade econômica, sendo que os procedimentos de liquidação só devem ser adotados em último caso, quando se torna impossível, ou financeiramente inviável a permanência da empresa.⁷⁶

Neste período de insegurança jurídica, a jurisprudência tomou caminhos ramificados. Parcela das Cortes, ainda que minoritária, ainda defendia a impenhorabilidade das quotas pertencentes aos sócios⁷⁷. Outra parcela dos juristas argumentava pela penhorabilidade irrestrita dos fundos, independentemente da disposição do Código Civil quanto à constrição judicial sobre os lucros⁷⁸.

A questão restou em grande parte superada com o advento da Lei nº. 11.382, de 06 de dezembro de 2006. A legislação deu nova redação ao inciso VI do artigo 655 do Código de Processo Civil de 1973, para finalmente prever de forma

⁷⁴ REQUIÃO, op. cit. p. 555.

⁷⁵ GONÇALVES NETO, A. de A. **Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 290.

⁷⁶ ABRÃO, C. H. **Penhora de Quota de Sociedade Limitada**. 4 ed, São Paulo: Malheiros, 2013, p. 30.

⁷⁷ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 757.865-SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Brasília, DF, 20 abr. 2006. **Diário da Justiça Eletrônico**, 12 jun. 2006.

⁷⁸ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 475.591-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF, 15 mai. 2003. **Diário da Justiça Eletrônico**, 23 jun. 2003.

expressa a penhora sobre “ações e quotas de sociedades empresárias, sem qualquer ressalva ou limitação” ⁷⁹.

A jurisprudência então se estabilizou, no sentido de permitir a constrição de quota social inclusive nos casos em que há previsão contratual de proibição à livre alienação dos fundos da sociedade⁸⁰.

Quando o Código de Processo Civil de 2015 entrou em vigor, portanto, já havia disposição legislativa expressa vigente há quase uma década permitindo a penhora de quotas sociais e ações como legítima, assim como um entendimento estável nas Cortes quanto à plausibilidade. E o novo texto acolheu de forma praticamente integral a previsão de constrição judicial sobre os fundos sociais do sócio devedor, determinando que a penhora poderá ser realizada sobre ações e quotas de sociedades simples e empresárias.

A maior novidade do diploma processual civil que atualmente está em vigência foi mesmo a estipulação de um procedimento a ser seguido no caso da constrição judicial, por meio do artigo 861⁸¹.

Embora haja um número significativo de críticas à metodologia consignada pelo legislador, que serão tratadas em tópico à parte, fato é que trata-se da primeira vez em que houve a previsão legal de algum procedimento específico a ser adotado.

5 O PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELO CPC/15

Realizado todo o histórico da penhorabilidade de quotas, resta analisar então o procedimento positivado pelo diploma processual civil vigente. O CPC/15 dispõe sobre a metodologia adotada na penhora dos fundos sociais no seu artigo 861.

Uma vez realizada a constrição das quotas ou ações, o juiz assinará prazo de até três meses para a sociedade tomar uma série de ações. Primeiro, a sociedade deverá apresentar balanço especial, na forma da lei (art. 861, I). Sobre o balanço, ressalta a doutrina que:

⁷⁹ THEODORO JUNIOR, H. **Curso de Direito Processual Civil**, v. 3. 51. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 517/518.

⁸⁰ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 231.266-SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, Brasília, DF. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 mai. 2013.

⁸¹ ZANETI JÚNIOR, op. cit. p. 243.

Melhor teria sido que a lei tivesse utilizado o termo “balanço de determinação”, de modo idêntico ao que fez quando tratou da ação de dissolução parcial de sociedade (art. 606). Apesar da diferença de redação, é óbvio que ambas as alusões referem-se ao mesmo tipo de balanço, já que sua função é a de determinar o valor de mercado da sociedade e, conseqüentemente, das respectivas quotas ou ações.⁸²

Posteriormente, tendo em vista a existência expressa do direito de preferência, deverá a sociedade informar aos sócios a ocorrência da penhora, assegurando-se a estes a preferência na adjudicação ou alienações das quotas sociais ou ações⁸³.

Nota-se, aqui, que referido direito de preferência poderá ser proveniente do contrato social ou, em não o sendo, da própria legislação (art. 861, II).

Inexistindo interesse dos sócios na aquisição das ações, a sociedade terá duas opções. Ela poderá comprar as quotas ou ações constritas, de modo a evitar sua liquidação, desde que não haja redução do capital social e que se utilize reservas da própria sociedade. Tais quotas, nesta hipótese, seriam mantidas em tesouraria (art. 861, § 1º). Referida hipótese, no entanto, não é aplicável às sociedades anônimas de capital aberto, eis que as suas ações deverão ser adjudicadas ao exequente ou alienadas em bolsa de valores (art. 861, § 2º).

Caso a compra não seja de escolha da sociedade, porém, esta deverá proceder à liquidação das quotas ou das ações, depositando em juízo o valor apurado, em dinheiro (art. 861, III), considerando o montante efetivamente realizado, diante da situação patrimonial da sociedade à data da dissolução parcial, verificada no balanço especial realizado.

Liquidado o valor correspondente, o produto deverá ser depositado em juízo, no prazo máximo de noventa dias, salvo se houver estipulação contratual em sentido contrário⁸⁴. Nesta situação, o prazo poderá ser ampliado pelo contrato social.

Ainda no que diz respeito à liquidação das quotas ou ações pela sociedade, poderá o juiz nomear administrador, a requerimento do exequente ou do próprio grupo societário, para determinar a forma de liquidação e submetê-la à aprovação

⁸² MARINONI, L. G., ARENHART, S. C., MITIDIERO, D. **Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**, volume 2, 3 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 997.

⁸³ THEODORO JUNIOR, op. cit. p. 395.

⁸⁴ MARINONI, ARENHART e MITIDIERO, op. cit. p. 998.

judicial (art. 861, § 3º).

Ressalta-se que pelas disposições legais o prazo poderá ser ampliado pelo juízo nas hipóteses previstas no § 4º⁸⁵.

Por fim, caso nenhuma das hipóteses supramencionadas seja factível, isto é, caso não haja interesse dos demais sócios no exercício de direito de preferência, não ocorra a aquisição das quotas ou das ações pela sociedade e a liquidação do inciso III do *caput* seja excessivamente onerosa, o juiz poderá determinar o leilão judicial das quotas ou das ações (art. 861, § 5º).

Sobre o § 5º, cumpre destacar a interpretação no sentido de ser “[...] uma alternativa residual por força da função social da empresa, que governa a interpretação deste meio de execução”⁸⁶.

Antes de se adentrar nos erros e nos acertos presentes no procedimento demonstrado, cabe, por fim, trazer a visão de Alfredo de Assis Gonçalves Neto sobre o artigo 861 como um todo.

Veja-se:

Deve-se observar, inicialmente, que a fórmula engendrada para a excussão da penhora de quotas sociais não encontra paralelo na penhora de qualquer outro bem de propriedade do executado e, ao que me consta, nem mesmo na legislação estrangeira mais conhecida. Esse procedimento fica completamente fora do âmbito traçado para a excussão de todos os demais bens, corpóreos ou incorpóreos do devedor, que se desenvolve por meio de avaliação feita por oficial de justiça ou avaliador especializado (CPC/2015, art. 870 e parágrafo único), seguida de leilão do objeto da penhora.⁸⁷

Pois bem. Esclarecido o procedimento adotado no Código de Processo Civil de 2015, resta averiguar os erros e acertos da metodologia posta, assim como os possíveis métodos de interpretação e preenchimento de lacunas presentes na legislação.

⁸⁵ O art. 861, § 4º do CPC prevê duas hipóteses de extensão do prazo: (i) caso o pagamento das quotas ou ações liquidadas supere o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação; ou; (ii) caso o pagamento das quotas ou ações coloque em risco a estabilidade financeira da sociedade simples ou empresária.

⁸⁶ ZANETI JÚNIOR, op. cit. p. 245.

⁸⁷ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 291.

6 ERROS, ACERTOS E POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NO PROCEDIMENTO.

Diante de toda a conceituação jurídica e do histórico elaborado nos capítulos anteriores, já começa a se tornar possível uma análise crítica sobre o procedimento regulado pelo Código de Processo Civil de 2015, a fim de reconhecer tanto os aspectos positivos quanto os negativos sobre a temática, bem como as áreas em que a jurisprudência e a doutrina podem incidir para fornecer sentido à norma jurídica.

O maior aspecto positivo, ao menos para parte dos processualistas, diz respeito à dualidade do procedimento: por um lado, o artigo 861 preservaria a relação afetiva dentre os sócios e a permanência da atividade empresarial, e, de outra vertente, também garantiria ao credor determinado procedimento para a tutela do seu crédito⁸⁸.

Vale dizer que ao garantir aos sócios a preferência na alienação de quotas ou ações, assim como ao possibilitar que a sociedade evitasse a liquidação de referidos fundos - através da liquidação com a utilização de reservas - o codificador estaria demonstrando a sua preocupação para com a preservação do caráter personalista da empresa⁸⁹.

Neste sentido, aliás, teriam sido elencados no artigo 861 do CPC os diversos meios que possibilitariam a recomposição da sociedade – seja pelo direito de preferência ou pela concessão de prazo para apresentar balanço especial e oferecer as quotas ou as ações aos demais sócios⁹⁰.

Seria possível concluir, nesta toada, que as disposições previstas no procedimento de constrição consolidado no novel diploma legislativo trariam consigo o condão de evitar ao máximo o ingresso de terceiros estranhos aos quadros sociais, por meio das alternativas apresentadas anteriormente ao § 5º do art. 861⁹¹.

O posicionamento positivo concernente à temática, entretanto, está longe de ser unânime. Ao tratar da metodologia adotada para a constrição judicial das quotas e satisfação do crédito, parcela da doutrina pátria ressalta que “o CPC/2015 faz

⁸⁸ DIDIER JR., F. CARNEIRO, L. da C. BRAGA, P. S. OLIVEIRA, R. A. de O. **Curso de direito processual civil: execução**. 9. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 924.

⁸⁹ THEODORO JUNIOR, op. cit. p. 517/518.

⁹⁰ REICHELTE e MATTOS, op. cit. p. 227.

⁹¹ THEODORO JUNIOR, op. cit. p. 925.

malabarismos despropositados”⁹².

Mister questionar, diante de todo o exposto, quem está com a razão no que concerne ao artigo 861 do Código de Processo Civil. Não é crível, ao menos em um primeiro momento, que algum dos lados esteja correto por inteiro e o outro se encontre integralmente errado, especialmente em se tratando de questão tão controversa.

O que há que se ter em mente é que a necessidade de preservar o caráter das sociedades de cunho personalíssimo impõe determinadas limitações e cuidados na expropriação de quotas⁹³. Por outro lado, também o credor tem o seu direito de ver o seu crédito satisfeito, de obter reparação patrimonial do devedor, atingindo para tanto a porção necessária de seus bens⁹⁴.

Qualquer disposição que venha a regular a matéria terá necessariamente de lidar com a árdua tarefa de encontrar o equilíbrio entre as duas matérias já mencionadas. Há, no caso, confronto de direitos fundamentais: a preocupação com a forma como a livre iniciativa dos sócios remanescentes deve conviver com o exercício da autonomia privada do sócio que teve suas quotas penhoradas⁹⁵.

Por um lado, assim, impõe-se o reconhecimento de uma série de acertos no artigo 861. Embora “a equação a ser feita com vistas à viabilização da penhora de quotas de sociedades personificadas seja um desafio hercúleo”⁹⁶, entende-se que o legislador está no caminho certo ao priorizar os interesses da sociedade na aquisição das quotas ou ações.

Nada obstante, há diversos equívocos na metodologia adotada. E, neste ponto, necessário concordar com parcela das críticas formuladas a respeito do procedimento.

Percebe-se que o procedimento posto pelo Código se encontra em uma situação única. Se há aqueles que defendem a sua inexistência, também há outros que o defendem em sua integralidade. E mais do que isso, há uma terceira via que reconhece a importância do método adotado, porém oferece críticas pontuais às mudanças adotadas e segue em guisa de soluções.

⁹² GONÇALVES NETO, A. de A. **Dissolução societária e penhora de quotas no CPC de 2015** (parte 3). Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QxN9UU>> Acesso em 11 de novembro de 2018.

⁹³ MARINONI, ARENHART e MITIDIERO, op. cit. p. 997.

⁹⁴ THEODORO JÚNIOR, op. cit. p. 238.

⁹⁵ REICHELT e MATTOS, op. cit. p. 231.

⁹⁶ Ibidem, p. 234.

É esta terceira via que nos parece mais adequada. Muito embora o CPC tenha inovado ao criar procedimento que entende respeitar simultaneamente o eventual caráter pessoal da sociedade e também o direito do credor de obter sua satisfação patrimonial, algumas mudanças interpretativas quanto ao método adotado poderiam trazer impacto positivo significativo para as partes envolvidas na penhora de quotas sociais ou ações.

O primeiro apontamento necessário acerca do método adotado diz respeito à sua subsidiariedade. Ou seja, é imperativo que a penhora somente recaia sobre as quotas sociais em último caso, mediante a comprovação da insuficiência de outros bens do devedor.

É este, aliás, o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, no sentido de que a penhora sobre as quotas somente deve ser realizada após o esgotamento dos meios para localização de outros bens do devedor⁹⁷.

É perceptível, assim, que ainda que a quota social e a ação não seja o último item previsto no rol de bens penhoráveis do Código de Processo Civil, a sua expropriação é tida como hipótese excepcional, medida que somente deverá ser tomada em situações extremas.

E mesmo nos casos em que houver o interesse no bloqueio das quotas e ações, somente se poderá falar da constrição nas hipóteses em que não existir a possibilidade de realizar a constrição sobre lucros a serem distribuídos aos sócios.

Tal baliza interpretativa, apesar de parecer bastante evidente, deverá ser adotada em todo e qualquer caso envolvendo a constrição de fundos sociais. Este entendimento conjuga o já mencionado artigo 1.026 do Código Civil com o artigo 835, § 1º do Código de Processo Civil⁹⁸.

O posicionamento em questão já está sendo adotado constantemente por algumas Cortes ao tratar da penhora de fundos após a vigência do novel diploma processual⁹⁹. Não obstante, há a necessidade de uma pacificação das decisões em

⁹⁷ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp 1295996/MA, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Brasília, DF, 18 set. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 02 out. 2018.

⁹⁸ Dispõe referido artigo que: “Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: (...)§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.”.

⁹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n.º 70067863233. Agravante: Banco John Deere S/A. Agravado: Eucélio Garcia Leite. Relator: Marco Antonio Angelo. Data de Julgamento: 11/08/2016 **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**: 18 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n.º 70069834539. Agravante: Estado do Rio Grande do Sul. Agravado: Alexandre Nichel. Segunda

todo o território nacional, a fim de evitar a malfadada “jurisprudência lotérica” a respeito do tema.

A necessidade de penhora dos rendimentos cabíveis ao sócio antes das quotas sociais e ações também se fundamenta nos princípios regentes do Direito Empresarial de Preservação da Empresa e Menor Onerosidade da Execução, conforme já vinha entendendo o Superior Tribunal de Justiça até mesmo antes do novo Código¹⁰⁰, com base no Enunciado nº. 387 da IV Jornada de Direito Civil¹⁰¹.

Feita esta ressalva quanto à baliza interpretativa a ser adotada¹⁰², todavia, há que se notar que a mera prevalência da penhora sobre os lucros do sócio devedor não impedirá a adoção do procedimento previsto no artigo 861.

Mas mesmo nos casos em que efetivamente for necessária a penhora dos fundos, algumas possíveis correções de curso poderão ser sugeridas, a fim de suplantar eventuais omissões no Código de Processo Civil.

Com efeito, o artigo 861 trouxe consigo diversas obrigações para a sociedade à qual pertence o sócio devedor. E ainda que sempre exista a possibilidade de o processo impor certas obrigações a terceiros, tais deveres geralmente visam a boa administração da justiça, são de natureza gratuita e, se

Câmara Cível. Relatora: Lúcia de Fátima Cerveira. Data de Julgamento: 27/07/2016. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**: 22 ago. 2016; RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Agravo de Instrumento nº 0045676-05.2019.8.19.0000, Agravante: Paulo Henrique da Costa Luzes. Agravado: Rafael Mariano da Silva. Relatora: Flávia Romano de Rezende. Data de Julgamento: 02/10/2019. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**: 03 out. 2019; SÃO PAULO, Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº. 2211499-70.2017.8.26.0000. Agravante: Banco Alfa de Investimentos S.A. Agravado: Joaquim Simões Filhos. Relator Kioitsi Chicuta. Data de Julgamento: 06/03/2018. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**: 07 mar. 2018; SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Agravo de Instrumento nº 4003661-12.2019.8.24.0000. Agravante: Lenildo Soares da Silva. Agravado: Nerino José Furlan. Relator: Guilherme Nunes Born. Data de Julgamento: 11/04/2019. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**: 12 abr. 2019.

¹⁰⁰ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 522.820/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Brasília, 22 out. 2013. **Diário da Justiça Eletrônico**, 05 mar. 2014.

¹⁰¹ Enunciado nº. 387: “A opção entre fazer a execução recair sobre o que ao sócio couber no lucro da sociedade ou sobre a parte que lhe tocar em dissolução orienta-se pelos princípios da menor onerosidade e da função social da empresa.”. Disponível em: < <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/539> > Acesso em 15 nov. 2019.

¹⁰² Sobre a preferência da penhora recair sobre os lucros, em estudo analítico publicado em 2017 foi possível constatar que referido posicionamento foi amplamente adotado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que 36% das decisões após o CPC fundamentaram que a penhora deveria recair primeiro sobre os lucros. Disponível em: < <https://jus.com.br/imprimir/64741/penhora-de-quotas-sociais-analise-e-comentarios-das-decisoes-dos-tribunais-de-justica-de-sao-paulo-parana-e-rio-grande-do-sul> > Acesso em 03 nov. 2019.

causarem despesas, são custeados pelo Poder Judiciário¹⁰³.

No caso das obrigações atribuídas à sociedade, porém, as ações a serem praticadas não são determinadas pelo interesse público, mas visando eventual satisfação do interesse individual de um particular. E mais do que isso, tais deveres auferidos trazem consigo custos significativos para a sociedade.

É o caso da elaboração de balanço realizado com base na situação patrimonial da sociedade prevista no inciso I do artigo 861, para que esta posteriormente venha a adquirir as quotas ou proceder à sua liquidação. Trata-se da submissão da sociedade a um mandamento judicial específico que a obriga a adotar procedimento dispendioso e sem qualquer relação de causalidade que o justifique¹⁰⁴.

No entanto, em se considerando que o efetivo devedor é o sócio, não haveria razão para a sociedade se responsabilizar pelo fato – a dívida, no caso – de terceiro. A sociedade não teria, no mais, qualquer dever de vigilância, guarda ou custódia que justificasse a responsabilidade de terceiro nos termos postos pela legislação cível¹⁰⁵. Eis aí, pois, o primeiro desacerto presente no método posto no CPC.

Já no que diz respeito ao prazo para a sociedade proceder ao balanço especial, ofertar as quotas aos sócios, apurar o valor e, se for o caso, liquidá-las, ressalta Alfredo de Assis Gonçalves Neto que só deverá prevalecer o limite legal caso não haja previsão contratual a respeito¹⁰⁶.

É que a realização do procedimento não poderá ocorrer de maneira acelerada em todas as situações, no prazo legal de três meses. Para que o procedimento ocorra da maneira adequada, evidente que será necessário calcular o patrimônio intangível da empresa, assim como seu passivo oculto. Estas são variáveis de alta complexidade que necessariamente demandam tempo para serem avaliadas.

¹⁰³ GONÇALVES NETO, A. de A. **Direito de Empresa. Comentários aos artigos 96 a 1.195 do Código Civil**. 7. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 291.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 292.

¹⁰⁵ Dispõe o artigo 932 do Código Civil que: “Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições; III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele; IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos; V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.” No caso em tela, a sociedade não se enquadra dentro das hipóteses de qualquer um dos incisos.

¹⁰⁶ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 292.

Ora, se a intenção do legislador foi, de fato, preservar o exercício da atividade empresarial, por certo que isso inclui dar tempo para que seja realizado efetivo balanço patrimonial que abarque todas as contingências e variáveis presentes naquela sociedade em específico.

A importância do balanço especial reside no fato de que a liquidação da quota será realizada com base nos dados ali presentes, de modo que é imperativo que seja realizado um trabalho minucioso e com a participação de diversos profissionais em várias áreas de conhecimento, a fim de calcular da forma correta o efetivo patrimônio da sociedade e o valor das quotas.

Por estas razões, entende-se que o prazo de três meses previsto no *caput* do artigo 861 – eventualmente ampliado nas hipóteses previstas no § 4º - só será adotado no caso de silêncio do contrato social acerca do período necessário à realização do cálculo e oferecimento dos fundos aos sócios. Havendo previsão contratual, todavia, deve ser possível a efetuação de balanço especial em período superior àquele previsto na norma processual.

Outro problema significativo no procedimento estabelecido é que o inciso III do artigo 861 parte do pressuposto de que o valor a ser depositado em juízo pela sociedade diz respeito àquele que foi pago pelos sócios ou pela sociedade na aquisição das quotas penhoradas, ou o montante resultante da liquidação das quotas.

Ocorre que liquidar as quotas significa tomar por base os dados do referido balanço, levantar o valor real dos bens que compõem o patrimônio da sociedade, deduzir as dívidas, inclusive as que não figuram na contabilidade, etc. Trata-se de procedimento complexo, custoso e longo. Conforme já demonstrado, o balanço que calculará o efetivo patrimônio social é equiparável a um balanço de determinação.

Já nas hipóteses em que há previsão no contrato social quanto aos parâmetros que embasarão o balanço especial, a situação é menos complexa. Seja como for, fato é que a leitura do procedimento impõe a necessidade de considerar o balanço especial como quesito vinculante ao valor que efetivamente for depositado em juízo.

Outra crítica a ser feita é que não há, no artigo 861, qualquer menção à eventual intervenção do sócio devedor no procedimento. Sequer lhe é assegurado o direito de requerer a nomeação de administrador para auxiliar na liquidação das quotas.

O problema da ausência de previsão legal acerca da intervenção do sócio devedor no procedimento trata de questão relevante e séria, sobre a qual o legislador restou silente.

Se, por um lado, há a exigência de diversas obrigações por parte de um terceiro ente estranho à demanda executiva, de outro lado também há a omissão do Código de Processo Civil quanto à conduta a ser adotada pela parte devedora.

Nada obstante a lacuna legal, não há como se questionar que o sócio devedor ou o credor terão, sim, o direito de participar do procedimento. Isto porque, se sobrevier avaliação contrária aos seus interesses, as partes envolvidas no polo ativo e passivo da execução terão todo direito de impugnar referida avaliação, com fulcro nos princípios da ampla defesa e contraditório¹⁰⁷.

Assim sendo, diante da omissão da legislação quanto à intervenção do sócio devedor no procedimento da penhora das quotas sociais, há que se estabelecer mais um critério interpretativo: o método adotado deverá propiciar oportunidades para que a parte executada se manifeste toda vez em que seus interesses enquanto sócio estiverem em jogo, em obediência aos próprios princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório¹⁰⁸.

Com efeito, não se trata propriamente de um equívoco da lei, eis que a participação do sócio devedor não é expressamente vedada. É mais uma omissão que poderá ser suprida pelos magistrados durante o curso do processo, na casuística concreta. Em toda e qualquer hipótese que houver conflito entre o procedimento e os interesses de credores e devedores, portanto, estes deverão ser ouvidos perante o juízo da demanda executiva.

Esclarecido este ponto, um terceiro problema que merece ser apontado é que a metodologia de realização de balanço e aquisição das quotas e ações traz custos para a sociedade, apesar do fato de esta não ser parte legítima da relação que se estabelece entre a parte credora promovente da penhora e o sócio devedor.

É possível defender, ao menos em um primeiro momento, que referidas custas poderiam ser repassadas à parte exequente. Isto é, auferida ao credor a

¹⁰⁷ Neste aspecto, dispõe a Constituição Federal que: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;” E, ainda: “Art. 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

¹⁰⁸ GONÇALVES NETO, op. cit. p. 293.

possibilidade de penhorar as quotas ou ações do sócio devedor, deverá o exequente ter em mente que do valor liquidado seria eventualmente abatido o montante necessário para a realização do balanço e outras despesas que acometeriam a sociedade.

Desta maneira, estar-se-ia preservando o direito do credor de obter sua satisfação patrimonial conforme previsto em lei. Por outro lado, também se estaria protegendo a sociedade – enquanto ente terceiro à relação processual – de eventuais danos causados. Caso não houvesse interesse do credor em arcar com as custas em questão, poder-se-ia passar para o próximo item no rol de penhora previsto no CPC.

Por fim, alcança-se o ponto mais controvertido do procedimento previsto no CPC: o § 5º do artigo 861, que prevê a possibilidade de leilão judicial das quotas ou das ações caso sua aquisição seja excessivamente onerosa, e na hipótese de não houver o interesse dos demais sócios no exercício do direito de preferência, bem como a não ocorrência da aquisição das quotas pela sociedade.

A hipótese supramencionada é tida como a última situação possível, aplicável apenas caso as demais não sejam viáveis. Tal ordem de disposição, contudo, não é unanimemente aceita. Nesse sentido, para Alfredo Assis de Gonçalves Neto:

Isso tudo deveria ser eliminado para, desde logo, incidir o preceito contido no § 5º do mencionado artigo 861. Tal normativa, porém, conquanto seja a única adequada, só tem lugar quando se frustrar o procedimento de liquidação ali regulado. É que, prevista a possibilidade de constrição judicial das quotas sociais, tem-se a apreensão de bens concretos e atuais do devedor, as quais, como quaisquer outros, podem sujeitar-se à avaliação e ser leiloados, sem necessidade alguma do tratamento diferenciado, para resolver plenamente a execução.¹⁰⁹

Em sentido diametralmente oposto, a previsão constante no § 5º é duramente criticada por Teresa Arruda Alvim na medida em que abre a possibilidade de aquisição por terceiros alheios à sociedade de quotas e ações penhoradas em leilão judicial. Argumenta a jurista que:

¹⁰⁹ GONÇALVES NETO, A. de A. **Dissolução societária e penhora de quotas no CPC de 2015 (parte 3)**. Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QxN9UU>> Acesso em 05 de novembro de 2019.

Tal disposição, a nosso ver, tende a criar enorme confusão, porque admite que terceiros, alheios à sociedade, adquiram em leilão tais quotas e, com isso, adquiram a condição de sócios da sociedade.¹¹⁰

A nós, com a devida ressalva ao posicionamento em contrário, nos parece que o § 5º, ao menos da maneira como se encontra redigido, não merece ser aplicado de forma irrestrita em quaisquer situações envolvendo as quotas de sociedades limitadas. É que, da leitura do referido artigo, seria possível entender que o dispositivo permitira o ingresso indiscriminado do terceiro indivíduo vencedor do leilão público na sociedade, como se novo sócio fosse.

Todavia, tal ingresso constituiria afronta direta às sociedades cuja constituição for baseada em contrato social com cláusulas de cunho pessoal, que levam em consideração as características e as relações entre os sócios contratantes.

E mais do que isso, resultaria em violação aos próprios direitos constitucionais de livre iniciativa¹¹¹ e de livre exercício à atividade econômica¹¹². Havendo a sociedade se constituindo regularmente nos termos da lei, não competiria ao Poder Judiciário mitigar suas garantias constitucionais ao permitir o ingresso de terceiro estranho enquanto sucessor do antigo sócio¹¹³.

É o mesmo entendimento de Humberto Theodoro Junior, para quem:

A arrematação ou adjudicação da quota social, destarte, faz-se por meio de sub-rogação apenas econômica do adquirente sobre os direitos do sócio de requerer a dissolução total ou parcial da sociedade, a fim de receber seus haveres na empresa, nunca, como adverte Amílcar de Castro, como

¹¹⁰ ARRUDA ALVIM, T. CONCEIÇÃO, M. L. L. RIBEIRO, L. F. da S. MELLO, R. L. T. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Artigo por artigo**. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1.231.

¹¹¹ Dispõe o Art. 1º, IV, da Constituição Federal: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”.

¹¹² Dispõe o artigo 170, IV, da Constituição Federal que: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV - livre concorrência;”.

¹¹³ PARANÁ, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Agravo de instrumento n.º 1691170-1. Agravante: Karla Beatriz Segato Carvalho. Agravado: Adalto Antunes de Souza. Relator: Rabello Filho. Data de Julgamento: 06/09/2017. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**: 18 set. 2017.

substituição ao devedor, como se fosse, na qualidade de novo sócio, um sucessor do devedor.¹¹⁴

Com a devida vênia ao entendimento em contrário, a interpretação supramencionada parece ser a mais correta, na medida em que, mesmo no caso de aplicação do § 5º do artigo 861, o credor apenas e tão somente irá se sub-rogar nos direitos do sócio de requerer a dissolução total ou parcial da sociedade, sem ingressar como um novo sócio.

Em outras palavras, o que se teria é uma barreira intransponível capaz de manter o vínculo entre os demais sócios, não permitindo o ingresso irrestrito de terceiro estranho a sociedade. Na referida hipótese – que só deverá ser tomada como última medida possível – o credor meramente adquiriria o direito de dissolver a fração da sociedade correspondente à quota social penhorada.

Em verdade, é este o posicionamento que vem sendo adotado por diversos intérpretes do direito após a entrada em vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Sobre a temática, é de especial relevância a explicação adotada em recente julgado do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, em que ficam bem delineados os limites da participação do credor na sociedade em caso de aplicação do art. 861, § 5º:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – PENHORA DE IMÓVEL – PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS - Pretensão de reforma da r. decisão que indeferiu a penhora de imóvel que compõe o patrimônio da pessoa jurídica, cujas quotas sociais foram penhoradas – Descabimento - Hipótese em que a penhora das quotas sociais não possibilita ao banco promover a constrição dos bens que compõem o patrimônio da sociedade - Penhora de quotas que não atribui ao exequente direito algum sobre a sociedade ou seu patrimônio - Com a penhora das quotas sociais, o credor possui direitos sobre a expressão econômica da participação do devedor na sociedade, satisfazendo o seu crédito por meio da sua liquidação, e não por meio da penhora dos bens da sociedade - Acórdão invocado pelo agravante que afastou as penhoras que favoreciam a outra instituição financeira, o que permite ao banco agravante a tutela do seu direito neste processo, sem o

¹¹⁴ THEODORO JÚNIOR, H. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. IV. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense 2003, p. 404.

risco de vir a ser preterido em relação a outro credor; contudo, para tanto, cumpre observar os procedimentos legais, seja com relação às quotas sociais, seja com relação ao imóvel – Impossibilidade de se invocar o inciso IV, do artigo 139 do Código de Processo Civil para justificar a penhora do imóvel de propriedade de terceiro, que não o executado - Penhora do imóvel, sem observância das garantias do devido processo legal e dos procedimentos previstos em lei, que não pode ser tida como medida subrogatória necessária "para assegurar o cumprimento de ordem judicial" (CPC, art.139, inciso IV) - RECURSO DESPROVIDO.¹¹⁵

A ementa supramencionada parece tornar clara qual é a aplicação adequada do § 5º do art. 861 do Código de Processo Civil. Ainda que se admita a penhora da quota social e sua posterior aquisição pelo exequente, os direitos deste quanto à sociedade lhe conferem apenas o poder para requerer a liquidação da quota e satisfação do crédito.

Não pode o credor, sob a pretensão de obter a reparação patrimonial, requerer a penhora de bens pertencentes à sociedade, ou mesmo atuar como se sócio fosse. Cabe a ele, apenas e tão somente, efetuar a liquidação da quota quando assim julgar conveniente.

Como última observação, ressalta-se que o aplicador deverá ter extrema cautela na aplicação da disposição prevista no § 5º. Significa dizer que, havendo a efetiva necessidade de liquidação da participação do sócio devedor, faz-se imperativo que o levantamento efetuado leve em consideração a dissolução da sociedade por inteiro.

Isto porque, conforme já delineado supra, a avaliação da sociedade não pode ser realizada apenas com base em “fração-ideal” referente à participação do sócio devedor. Para que seja possível calcular o efetivo valor da quota social, é crucial que a sociedade tenha o seu valor de mercado calculado em sua totalidade, considerando tanto o patrimônio tangível quanto intangível¹¹⁶. Deve o jurista, então,

¹¹⁵ SÃO PAULO, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2138499-66.2019.8.26.0000. Agravante: Banco Fibra S/A. Agravado: Daniel Klabin Lorch Wurzmann. Relatora: Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca. Data de Julgamento: 14/08/2019. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**: 15 ago. 2019.

¹¹⁶ A apuração dos haveres da sociedade em sua totalidade se faz ainda mais necessária nas hipóteses em que o efetivo patrimônio a ela pertencente não se encontra apenas no fluxo de caixa, mas também em bens intangíveis como marcas, licenças, patentes, *softwares*, dentre outros. Nestas hipóteses, não basta apenas um cálculo da fração de determinado sócio, mas uma avaliação abrangente e detalhada do verdadeiro valor da sociedade.

atentar para este ponto ao determinar a liquidação da quota pertencente ao sócio devedor.

São estes, em suma, os principais apontamentos a serem feitos a respeito dos obstáculos consolidados pelo Código de Processo Civil de 2015 quanto à penhora das quotas¹¹⁷. Muito embora a regulação do método a ser seguido tenha sido medida positiva, capaz inclusive de impedir situações de quebra imediata do caráter personalista de determinadas sociedades para satisfação dos credores, a trilha de aperfeiçoamento do procedimento é longa.

Diante de todo o exposto, impõe-se apenas a elaboração de algumas conclusões sobre o que foi abordado nos tópicos anteriores, qual o atual estado do procedimento da constrição de fundos sociais e quais deverão ser os próximos passos concernentes à matéria.

7 CONCLUSÕES

Ao longo do presente trabalho, buscou-se esclarecer de forma mais objetiva alguns dos principais pontos controversos no que diz respeito ao procedimento previsto no Código de Processo Civil referente à penhora de quotas sociais e ações do sócio devedor.

A ordem lógica estipulada teve o intento de, primeiro, conceituar os institutos jurídicos envolvidos na penhora das quotas sociais. Desta forma, houve a caracterização do empresário e da empresa. Mais do que isso, buscou-se explicar a essência das sociedades em suas modalidades unipessoais e coletivas, simples e empresárias, limitadas e anônimas. Os institutos definidos serviram como base para a compreensão adequada de todas as questões envolvidas no presente artigo.

Esclarecidos tais pontos, se tornou necessária a realização de breve histórico da jurisprudência, da doutrina e da legislação acerca do tema. Neste momento é que se verificou como a omissão do Código Comercial e do Código Civil de 1916 deu lugar às disposições expressas do Código de Processo Civil de 1939,

¹¹⁷ O presente trabalho não pretendeu realizar a análise de todos os possíveis problemas causados pelo procedimento previsto no Código de Processo Civil de 2015, eis que tal postura demandaria ampliação considerável do artigo científico e, conseqüentemente, sua descaracterização enquanto método de análise de questões tópicas. Para visão mais aprofundada a respeito de todas as questões relativas ao artigo 861 do CPC, confira-se: GONÇALVES NETO, A. de A. **Direito de Empresa. Comentários aos artigos 96 a 1.195 do Código Civil**. 7. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

no sentido de impenhorabilidade das quotas sociais.

Prosseguindo na análise, foi possível notar como o posicionamento foi se alterando ao longo do tempo, de modo que, após a vigência do CPC de 1973, os intérpretes do direito passaram a defender posicionamentos fragmentados, justificando a penhorabilidade das quotas por uma ou outra razão.

Houve a demonstração, então, de como o Código Civil de 2002 acabou por trazer mais controvérsia à questão, que finalmente restou pacificada com o advento da Lei nº. 11.382/2006, que consolidou de uma vez por todas a possibilidade de penhora das quotas sociais e ações.

Posteriormente, alcançou-se o procedimento previsto no artigo 861 do CPC, que foi explicado em sua integralidade.

Havendo sido demonstrado o funcionamento do método, foi necessário analisar os erros, os acertos e as lacunas deixadas pelo Código de Processo Civil no concernente à penhora de quotas sociais ou ações. Neste momento é que se traçaram os pontos dissonantes na doutrina a respeito da temática, para finalmente se adotar um posicionamento imparcial a respeito das disposições conditas no artigo 861 do CPC.

Embora se reconheça a intenção predominantemente positiva de o legislador regular matéria que antes foi objeto de tanta controvérsia e dúvida, tem-se que o Código de Processo Civil acabou por consolidar alguns obstáculos à satisfação do credor e, simultaneamente, trouxe consigo obrigações complexas e custosas às sociedades cujos sócios figuram como devedores. Mais do que isso, as suas omissões podem inclusive trazer prejuízos ao sócio devedor e ao próprio credor da execução.

Pelas razões expostas, é possível concluir que o intérprete do direito encontra-se em uma posição bastante peculiar no que concerne à penhora de quotas sociais. Pela primeira vez no ordenamento jurídico pátrio, há não só a previsão expressa permitindo a constrição de referidas quotas como também a própria estipulação do procedimento adotado para a realização da expropriação. É um momento inédito ao Direito Empresarial como um todo.

Nada obstante, o que se verifica em análise de doutrina e jurisprudência é que o jurista ainda resguarda diversas ressalvas a respeito da temática. Não houve, como poderia se imaginar, uma pacificação de todas as questões envolvendo o método de penhora das quotas. Sequer há uma concordância quanto ao método que

deveria ser adotado para referida estabilização da matéria.

As lacunas deixadas, todavia, não são necessariamente prejudiciais ao desenvolvimento da matéria. Em verdade, as questões controversas trazidas com o novo Código de Processo Civil poderão ser benéficas a médio e longo prazo, eis que demandarão produção jurídica contínua e atenta à realidade a fim de colmatar eventuais lacunas e equívocos trazidos pelo legislador.

Em outros termos, caberá aos doutrinadores e julgadores a interpretação das normas postas. E é neste sentido que o presente trabalho ofereceu diversas possíveis alterações e métodos interpretativos concernentes ao procedimento.

Não se tratou, aqui, de alterações que resultem em violação expressa dos artigos. Em oposição, meramente foram realizados apontamentos para oferecer uma interpretação extensiva dos dispositivos do Código, a fim de que se passe a respeitar de forma mais clara as sociedades de pessoas, o direito ao contraditório e à ampla defesa do devedor, o direito de satisfação patrimonial do credor, assim como a preservação do patrimônio pertencente à sociedade.

É evidente que a mera positivação de uma matéria em lei não significa a sua necessária pacificação. Pelo contrário, aliás: o tema abordado no presente artigo nunca foi tão propício para a discussão. Se hoje em dia não se discute mais quanto à possibilidade ou não da penhora de quotas, tem-se ampla discussão sobre o procedimento que ensejará a constrição.

É este o estado da arte atual do método de penhora da quota social e da ação no ordenamento jurídico pátrio. Caberá ao intérprete do direito, agora, a tarefa de construir continuamente jurisprudência e doutrina sólida que confira, no futuro próximo, segurança jurídica e credibilidade ao procedimento posto. Trata-se de desafio posto aos teóricos e aplicadores do direito.

A penhorabilidade da quota social, embora positivada na lei em 2006 e regulamentada em 2015, nunca foi tema tão atual.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Penhora de Quota de Sociedade Limitada**. 4. ed, São Paulo: Malheiros, 2013.

ABRÃO, Nelson. **Sociedades Limitadas**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Abuso de minoria em direito societário**. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. P. 63-64.

ALVIM NETO, José Manuel de Arruda. **Novo contencioso cível no CPC/2015**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ARRUDA ALVIM, Teresa. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia L. RIBEIRO, Leonardo F. da S. MELLO, Rogério L. T. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Artigo por artigo**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso avançado de direito comercial**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 14 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 556 de 25 de junho de 1850. Institui o Código Comercial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1850. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0556-1850.htm > Acesso em 10 nov. 2019.

_____. Decreto-lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1939. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm > Acesso em 10 nov. 2019.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm >. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Lei nº 10.403 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm > Acesso em 10 nov. 2019.

_____. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em 10 nov. 2019.

_____. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos

de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm > Acesso em 15 nov. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.295.996/MA, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Brasília, DF. 18 set. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**, 02 out. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 475.591-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF. 15 mai. 2003. **Diário da Justiça Eletrônico**, 23 jun. 2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 231.266-SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, Brasília, DF. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 mai. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 19.018-PR. Rel. Min. Athos Carneiro, Brasília, DF. 27 jun. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 16 ago. 1999.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 30.854/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Brasília, DF. 03 mar. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 18 abr. 1994.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 34.882/RS. Rel. Min. Eduardo Ribeiro, Brasília, DF. 29 Jun. 1993. **Diário de Justiça Eletrônico**, 09 ago. 1993.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 39.609/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Brasília, DF. 14 mar. 1994. **Diário da Justiça Eletrônico**, 06 fev. 1995.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº. 87.216-MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF. 21 mar. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 11 jul. 2001.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 201.181/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Brasília, DF. 21 mar. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 02 mai. 2000.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 234.391-MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF. 14 nov. 2000. **Diário da Justiça Eletrônico**, 12 fev. 2001.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 317.651/AM, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Brasília, DF, 05 out. 2004. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 nov. 2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 522.820/SP, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Brasília, DF. 22 out. 2013. **Diário da Justiça Eletrônico**, 05 mar. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 712.747/DF, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, Brasília, DF, 21 fev. 2006. **Diário de Justiça**, 10 abr. 2006.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 757.865-SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Brasília, DF. 20 abr. 2006. **Diário da Justiça Eletrônico**, 12 jun. 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

COSTA, Juliana de Castro. **Penhora de quotas sociais: análise e comentários das decisões dos Tribunais de Justiça de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul**. Revista Jus Navigandi. Publicado em mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64741/penhora-de-quotas-sociais-analise-e-comentarios-das-decisoes-dos-tribunais-de-justica-de-sao-paulo-parana-e-rio-grande-do-sul>> Acesso em 10 nov. 2019.

DIDIER JR., Fredie. CARNEIRO, Leonardo da Cunha. BRAGA, Paula S. OLIVEIRA, R. A. de O. **Curso de direito processual civil: execução**. 9. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de sociedades mercantis**, v. 3. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda., 1958.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. AZEVEDO, Erasmo V., FRANÇA, Novaes. **Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade de pessoas**. Coordenação Modesto Carvalhosa. V. 2, 1. Ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa – comentários aos arts. 966 a 1.195 o Código Civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Dissolução societária e penhora de quotas no CPC de 2015 (parte 3)**. Revista Consultor Jurídico, jul. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QxN9UU>> Acesso em 11 de novembro de 2018.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Lições de direito societário**, v. 1, 2. Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

ISFER, Edson. **Sociedade Unipessoais & Empresas Individuais – responsabilidade limitada**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora. 1996.

KARL, Gregor Vinícius; BETTI JR, Leonel Vinícius Jaeger. **Penhora de quotas sociais em sociedades limitadas e o Novo Código de Processo Civil**. Revista

Jus Navigandi, Teresina, ano 22, n. 5185, 11 set. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60390>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Sociedade por quotas. Penhorabilidade. Comentários.** Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 5, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.** 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MACHADO, Laura de Almeida. **Da penhora de quotas sociais e dissolução parcial da sociedade pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro no novo CPC – Riscos às sociedades.** Publicado em jul. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2AY11m8>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**, v. 2 / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero – 3 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro.** v. 1. Atual. Ricardo Negrão. 5. ed. Campinas: Bookseller, 2000.

PARANÁ, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Agravo de instrumento n.º 1691170-1. Agravante: Karla Beatriz Segato Carvalho. Agravado: Adalto Antunes de Souza. Relator: Rabello Filho. Data de Julgamento: 06/09/2017. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:** 18 set. 2017.

PENA, Gustavo Teodoro Andrade. **Penhora de cotas por dívidas dos sócios. In: Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2JUDllp>>. Acesso em 11 nov. 2018.

REICHELT, Luis Alberto. MATTOS, Alexandra. **Penhora de quotas de sociedades personificadas e o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.** Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Rio de Janeiro, Ano 11, Volume 18, Número 3. Setembro a Dezembro de 2017. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/31695> > Acesso em 10 nov. 2019.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**, v.1, 29. ed. rev. e atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento N.º 70067863233. Agravante: Banco John Deere S/A. Agravado: Eucélio Garcia Leite. Relator: Marco Antonio Angelo. Data de Julgamento: 11/08/2016 **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:** 18 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n.º 70069834539, Agravante: Estado do Rio Grande do Sul. Agravado: Alexandre Nichel. Relatora: Lúcia de Fátima Cerveira. Data de Julgamento:

27/07/2016. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**: 22 ago. 2016.

RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Agravo de Instrumento nº 0045676-05.2019.8.19.0000, Agravante: Paulo Henrique da Costa Luzes. Agravado: Rafael Mariano da Silva. Relatora: Flávia Romano de Rezende. Data de Julgamento: 02/10/2019. **Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**: 03 out. 2019.

SABOIA, Vivian B. **A nova sociedade limitada de sócio único da MP 881/2019**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/73682/a-nova-sociedade-limitada-de-socio-unico-da-mp-881-2019> > Acesso em 30 set. 2019

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Agravo de Instrumento nº 4003661-12.2019.8.24.0000. Agravante: Lenildo Soares da Silva. Agravado: Nerino José Furlan. Relator: Guilherme Nunes Born. Data de Julgamento: 11/04/2019. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**: 12 abr. 2019.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2138499-66.2019.8.26.0000, Banco Fibra S/A x Daniel Klabin Lorch Wurzburg, Relatora Des. Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca, 14 ago. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, 15 ago. 2019.

SÃO PAULO, Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº. 2211499-70.2017.8.26.0000. Agravante: Banco Alfa de Investimentos S.A. Agravado: Joaquim Simões Filhos. Relator Kioitsi Chicuta. Data de Julgamento: 06/03/2018. **Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**: 07 mar. 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – vol. III**. 51. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2018.

THEODORO JÚNIOR, H. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. IV. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense 2003, p. 404.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 367.

WALD, Arnaldo. **O governo das empresas**. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 5, n. 15, jan./mar. 2002.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil, volume 2: execução**. 12. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. **Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 824 ao 925)**. 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.